

**7º SEMINÁRIO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
(ABRI)**

12, 13 e 14 de dezembro de 2024 - Porto Alegre, RS

Área Temática: Análise de Política Externa

**POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A ORDEM GLOBAL: PERSPECTIVAS NO
CONFLITO ISRAEL-PALESTINA SOB OS GOVERNOS LULA (2003-2006, 2023-2024)**

Gabriel Leonhardt Daroit¹

Bárbara Silveira Inácio Rocha²

Natália Machado Lopes Lopes³

¹ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: gabi1daroit@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: barbarainaciorocha@gmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: machado.lopes@ufrgs.br.

1 RESUMO EXPANDIDO (INTRODUÇÃO)

Após o fim da Guerra Fria, marcado especialmente pela dissolução da União Soviética em 1992, o mundo experimentou uma profunda reconfiguração na ordem global, evidenciada não apenas pela hegemonia dos Estados Unidos, mas também pelo crescimento exponencial da internacionalização do mundo capitalista e da globalização (Santos, 2001, p. 23). Contudo, diversos eventos têm contribuído para a emergência de um novo debate sobre a ordem mundial, entre eles, destaca-se a crescente multipolaridade, com o surgimento de potências emergentes, o declínio da influência norte-americana e o ascendente protagonismo da China, elementos que moldam um cenário internacional em constante evolução.

Diante desse contexto, as dinâmicas que surgem em um futuro caracterizado pela coexistência de múltiplas ordens, conforme apontado por Flockhart (2016), são complexas, multifacetadas e conflituosas. Tais dinâmicas frequentemente englobam conflitos enraizados em questões históricas e culturais não resolvidas, o que torna desafiador avaliar a legitimidade subjacente a esses embates. O conflito entre Israel e Palestina, embora possa inicialmente parecer motivado por questões religiosas, é essencialmente uma disputa política e territorial. Historicamente, essa questão tem representado um desafio significativo para o posicionamento e a atuação dos Estados e das organizações internacionais, requerendo novas abordagens nas tentativas de resolução ao longo das últimas décadas.

Nesse sentido, pensando na atuação da diplomacia do Estado brasileiro nestes complexos cenários destacados, busca-se responder à seguinte pergunta: “Como as alterações na ordem internacional ao longo das últimas duas décadas refletiram na posição e atuação da política externa do Brasil no conflito Israel-Palestina, durante os Governos Lula de 2003-2006 e 2023-2024?”. A hipótese orientadora é que, mesmo diante das transformações na ordem global, a política externa brasileira manteve sua autonomia nesse conflito nos períodos analisados. O ativismo do Brasil na busca por protagonismo nas mediações de conflito, aliado à demonstração de reformismo da ordem global, foram fatores cruciais para essa manutenção, preservando assim a característica distintiva da política externa do país.

Portanto, o objetivo principal é analisar de que maneira as mudanças na dinâmica global nos últimos vinte anos influenciaram o posicionamento e a atuação da política externa brasileira perante o conflito entre Israel e Palestina durante o período delimitado. Para atingi-lo, são delineados três objetivos específicos: i. realizar uma revisão da literatura para compreender as principais concepções sobre o conflito entre Israel e Palestina e os reflexos das mudanças na ordem internacional nas últimas décadas; ii. analisar o posicionamento e atuação da política externa brasileira sobre o conflito Israel-Palestina durante os governos

Lula de 2003-2006 e 2023-2024; e iii. examinar o papel do Brasil na mediação de conflitos internacionais, especialmente no conflito Israel-Palestina, e avaliar como contribuiu para a manutenção da autonomia da política externa nacional em meio às mudanças da ordem global.

Quanto à metodologia do trabalho, utiliza-se do método de abordagem hipotético-dedutivo, a fim de comprovar ou refutar a hipótese citada, e do método de procedimento histórico comparativo, relacionando comparativamente dois diferentes casos, referentes a atuação da política externa brasileira no mesmo conflito durante o i. primeiro e o ii. terceiro mandato do Presidente Lula.

Junto disso, aplica-se uma série de técnicas de pesquisa para alcançar os objetivos descritos, sendo estas: i. uma revisão bibliográfica que abarque os pilares para a compreensão do conflito entre Israel e Palestina e os preceitos base da atuação diplomática brasileira, bem como as principais mudanças na ordem internacional ao longo das duas últimas décadas; ii. uma análise de conteúdo dos discursos proferidos pelo Presidente da República e pelo Ministro do Ministério das Relações Exteriores, nos períodos analisados, que cite o conflito; iii. uma análise de conteúdo das notas oficiais do Itamaraty que abordem a situação entre Israel e Palestina como um dos assuntos, também ao longo dos dois mandatos analisados.

Até o momento, a pesquisa tem constatado que uma das principais características da política externa brasileira é a persistente busca pela resolução de conflitos por meio de soluções não violentas, independentemente do governo em gestão. Isso se deve a preservação dos direitos humanos e cooperação entre Estados, sobretudo, em desenvolvimento, que o Brasil adota com veemência nas suas relações exteriores.

Segundo Albuquerque (2015), a transição da nova ordem global ocorre a partir de alguns processos, um deles é a transnacionalização. Este processo trata da ultrapassagem de certos fenômenos pelas fronteiras nacionais, resultando na presença de agendas internacionais apresentadas por novos atores, que não se limitam ao monopólio do Estado. A partir disso, os “direitos globais”, que devem ser positivados pelos Estados à todas as pessoas, independente de onde estejam localizados, e os “valores globais”, que devem ser respeitados e não direcionados ao particularismo, debatendo unicamente sobre o seu alcance, são dois focos da agenda global na contemporaneidade que necessitam de uma abordagem transnacional na formulação de ideias.

Devido a isso, ao iniciar a análise sobre o primeiro e o terceiro governo Lula, é perceptível a busca por um ajuste sobre as expectativas da sociedade e a opinião transnacional, definido como uma *transigência relutante* (Albuquerque, 2015). Apesar destas questões, o governo Lula mantém a sua posição a favor da Palestina e uma relação equidistante a Israel, devido a denominada política externa da “autonomia pela

diversificação”, que visa manter um leque de relações com os demais países, sendo o foco na cooperação Sul-Sul (Santos, 2014; Vigevani, Cepaluni, 2007).

O artigo está estruturado em três sessões, incluindo esta introdução e as considerações finais. Inicialmente, discutem-se as mudanças da ordem global pós Guerra-Fria marcado pela instabilidade e uma complexidade maior com os recuos e os surgimentos de atores, perpassando por uma contextualização do conflito Israel-Palestina. A segunda sessão trata da diplomacia brasileira, no que tange uma perspectiva histórica da sua atuação em diferentes períodos e governos, além da análise do papel do Brasil na mediação de conflitos internacionais. Por fim, a última sessão realiza a análise de conteúdo de uma série de notas e discursos do segundo e terceiro Governo Lula, para compreender o posicionamento e ações do país perante as tensões entre Israel e Palestina.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Ordem Global; Conflito Israel-Palestina.

2 A ORDEM GLOBAL E O CONFLITO ISRAEL E PALESTINA

Com o final da Guerra-Fria, protagonizada pela queda da União Soviética (URSS), decreta-se uma vitória dos Estados Unidos (EUA), ou melhor dizendo, do Ocidente. Essa vitória é estabelecida como uma vitória do liberalismo e da globalização, tendo os EUA como um modelo ideal de replicabilidade para o restante do mundo. Entretanto, nos anos de 1990, os EUA passava por problemas econômicos após a Guerra do Vietnã, o que resulta mais a frente na crise de 2008, e também, não possuía uma estratégia para o pós Guerra-Fria.

Muito dos conflitos apresentados após esse período de definição de “um vitorioso”, ocorre pelo breve vácuo de poder em algumas partes do globo originado pelo fim da URSS, como no caso da Ásia Central, ocasionando no surgimento de grupos fundamentalistas apoiados no período da Guerra-Fria pelas potências a partir de recursos armamentistas, e que logo após, acabam sendo “abandonados”. Sendo este movimento, a gênese de grupos terroristas entre a Ásia Central e o Oriente Médio, resultando adiante no atentado do 11 de setembro de 2001, nos EUA.

Ademais, a Ásia Oriental emergia dentro do chamado “Terceiro Mundo”, sobretudo a China, que concretiza a sua ascensão e inicia diálogos sobretudo com o Oriente, e mais tarde com a Ásia Central, a partir da Organização para Cooperação de Xangai (OCX). Isso deu-se devido à preocupação com a instabilidade da região e a busca estratégica para uma cooperação econômica e de energia, por exemplo, a ampliação de estruturas de gasodutos pela Ásia Central. Outro ponto crucial do foco da China no OCX, é a prevenção contra o terrorismo presente na região, sendo esta organização, a primeira a organizar uma convenção internacional antiterrorista no século XXI (Fredholm, 2013).

Nessa virada dos anos 2000, a rápida recuperação da Rússia, após um governo precário de Bóris Yeltsin que tentou implantar os ideais neoliberais no país e fracassou, é realizada pela figura de Vladimir Putin. O seu governo reestabelece os valores do povo russo que vinha passando por uma grave crise econômica, assim, a Rússia retorna ao jogo internacional.

Ou seja, o acúmulo de crises gerados após o final da Guerra-Fria foi ocasionado pela incapacidade dos EUA em gerir esse sistema, criado por eles. Além disso, o ataque ao World Trade Center em 2001, demonstra os efeitos causado pelo apoio de grupo fundamentalistas nas regiões da Ásia, que no período da Guerra-Fria, serviram para o enfrentamento da atual Rússia. Ademais, a forma de resposta dos EUA com o uso da “Guerra ao Terror”, angariando um forte apelo da mídia Ocidental, tornou inviável a percepção de que para a Al-Qaeda e seus grupos que os apoiavam, a vitória na Guerra-Fria havia sido do islamismo político, principalmente, após a guerra do Afeganistão (Veiga, 2015).

Ainda, a invasão do Iraque em 2003, a partir da narrativa de armas de destruição em massa pelo Saddam Hussein, gerou um espetáculo midiático da guerra, além da falta do aparato internacional para a legitimação do ataque, demonstra a dificuldade dos estadunidenses de entender as mudanças da ordem global pós Guerra-Fria. Sobretudo, a região do Oriente Médio, que possui tanta importância para os EUA em decorrência dos seus interesses aos recursos naturais presente nos países, o petróleo.

O petróleo foi um dos motivos importantes para a lógica estadunidense de invadir o Iraque e derrubar o governo Hussein, pois na ideia do governo Bush, traria uma melhora no panorama social e político no Oriente Médio. Assim, como afirma Veiga, para os EUA o momento que

a produção de petróleo bruto iraquiano seria liberalizada, o que, além de ter efeitos benéficos para o mercado mundial, contribuiria para democratizar, por exemplo, a Arábia Saudita: esta petromonarquia perderia hegemonia no fornecimento de petróleo e com isso o regime seria certamente levado à abertura política (Veiga, 2013, p. 344, tradução nossa).

Isto significa que a ordem global unipolar pós Guerra-Fria não se manteve por muito tempo, em decorrência da falta de uma estratégia mais coerente por parte dos EUA pós-derrubada da União Soviética, para um sistema internacional antigamente organizado em uma bipolaridade que deixa de existir. Um exemplo disso, é o surgimento de potências médias e organizações regionais na África, na Ásia e na América Latina, as quais se projetaram mais ativamente no âmbito internacional, a partir de demonstrações de interesses nacionais por meio de escolhas de alinhamentos e desalinhamentos com países

dentro dessas organizações internacionais. Iniciando-se uma era de mais holofotes no jogo internacional, e não uma monopolização de uma única luz em um só país.

Segundo Visentini (2019), a política internacional atual divide-se em quatro eixos, estabelecidos pela posição política-econômica presente na estrutura de poder. O primeiro grupo é o *eixo militar-rentista anglo-saxão*, composto por Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Reino Unido, Canadá e Nova Zelândia. Esse grupo possui heranças desde o antigo contexto hegemônico do século XIX, assim representam uma continuidade, a qual de forma coletiva, possuem uma posição hegemônica em decorrência de seus recursos financeiros, militares, diplomáticos, tecnológicos, de comunicações logísticas e informacionais e de inteligência. Entretanto, atualmente, encontram-se em uma fase pós-industrial rentista, a qual são dependentes de outras nações fora desse eixo (Visentini, 2019, p.10-11). A liderança é dos EUA, contudo, não há uma relação de dominação, mas sim, de participação entre as nações do grupo. Além disso, há a associação de Israel, que contém uma agenda regional mais pessoal, diferentemente dos demais, além de manter uma certa independência e caracterizar-se como uma potência nuclear.

O segundo grupo é o *eixo industrial desenvolvido* com a União Europeia (UE), Japão e os Tigres Asiáticos. De acordo com Visentini (2019), este grupo possui um capitalismo industrial produtivo e avançado, além de protagonizar condições de vida melhores para as suas populações. Porém, os países presentes neste eixo não possuem recursos militares, com exceção da França, e a plena soberania. Para o autor,

o dilema da União Europeia e do Japão/Tigres é que suas relações econômicas com os EUA enfraquecem, enquanto crescem com os BRICS, particularmente China e Rússia. Mas os vínculos diplomáticos-securitários com Washington, bem como o arranjo entre as elites dirigentes das duas margens do Pacífico, seguem fortes (Visentini, 2019, p.14).

Em suma, essas nações encontram-se em um estado contínuo de insegurança, pois após a decadência do Estado de Bem-Estar Social, e a presença de uma elite constituída por percepções baseadas nos vencedores do pós 2ª Guerra Mundial, dificulta a percepção de uma moral comum no âmbito interno e de um projeto e estratégia nacional própria.

O terceiro é o *eixo industrial heterodoxo emergente*, com a Rússia, China, Turquia e Irã, sendo denominado como a semiperiferia, que busca por um cenário não-conflituoso em níveis globais e o desenvolvimento econômico próprio, entretanto não é passível de projeção de poder militar, tornando-se dependentes de ações realizadas pelo segundo eixo. Contudo, é importante ressaltar, o poder de dissuasão em alguns destes países (por exemplo, a Rússia com sua capacidade armamentista e tecnológica), o que causa incomodo nos Estados dos eixos acima. Essas nações que emergem e localizam-se na semiperiferia,

possuem uma acumulação de capital a qual torna viável uma posição de projetar-se economicamente, ocasionando num contrapeso para a ordem global conceituada.

Por último, o quarto grupo é o *eixo agrário, mineral e demográfico periférico*, sendo países das nações médias e pequenas da África, da América Latina e da Ásia geográfica, ou seja, a inclusão do Oriente Médio. Assim sendo, os países presentes neste grupo possuem todos os recursos (agrícola, humanos e minerais), todavia, não contém a capacidade militar e/ou a articulação diplomática. Devido à dependência do Norte às matérias desta região ocasionada, definida por Visentini (2019) como democracias de consumo, geram disputas econômicas e estratégicas nessas regiões. Para o autor, o Brasil encontra-se em um possível transição do eixo 3 para o 4, devido à diminuição de projetos integracionais.

Portanto, na ordem global há clivagens políticas, que influem na distribuição do poder em torno do mundo, a qual apresenta a China e a Rússia em um lado, enquanto as potências anglo-saxônicas estão em outro, com a aliança da UE e do Japão. Já nas clivagens econômicas, na qual os países que demonstram um peso econômico em ascensão, almejam um espaço de poder condizente com essa crescente, porém ainda encontram-se entrelaçados com os países desenvolvidos ou pós-industriais.

É nesse contexto que emerge o conflito entre Israel e Palestina, intensificado a partir de 1917, logo após a Primeira Guerra Mundial, quando o governo britânico compromete-se com a criação de um Estado judeu no território palestino. Diante do aumento da violência entre as populações locais, os britânicos propõem a divisão da Palestina em dois Estados, um para os judeus e outro para os árabes, proposta que não avança. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido transfere à ONU a responsabilidade de buscar uma solução para o conflito. A organização, então, aprova uma proposta de divisão do território e estabelece que Jerusalém fique sob administração internacional. Contudo, em 1948, com a retirada das tropas britânicas, as lideranças sionistas na região declaram a criação do Estado de Israel.

Em 1948, com a criação do Estado de Israel, o conflito ganha novos rumos e novas perspectivas que perduram até o momento atual. E para entender a geopolítica por trás de um conflito que atravessa décadas sem solução, é necessário perceber a intervenção constante dos EUA na região, sobretudo após o anos 90. Utilizando-se da narrativa de “democratização” de todos os povos, o apoio dos EUA ao Estado de Israel advém dos seguintes fatores: tratar-se da única democracia em moldes liberais na região; ser uma potência nuclear; ser uma peça-chave para manter seus interesses próprios com os demais países próximos; e além da relação dos estadunidenses com o povo judaico. Com isso, o financiamento de recursos voltado à segurança pelos EUA é frequente, garantindo a sua influência nesta região por meio de Israel. Conforme afirmar Visentini:

O Oriente Médio, assim como a África, constitui uma região em acirrada disputa estratégica, por sua posição geopolítica e recursos energéticos, só que de forma muito mais direta e violenta. Embora isso não seja algo inédito, atualmente possui um novo significado, não mais de antagonismos confinados regionalmente (Visentini, 2019, p.19).

No ano de 2024, o conflito alcançou novas proporções, além dos ataques à Faixa de Gaza e a Cisjordânia que vinham ocorrendo no ano anterior, agora os ataques israelenses atingiram outros Estados, como a Síria e o Irã, visando outros grupos extremistas além do Hamas, como o Hezbollah. Dessa forma, os desdobramentos do conflito ganham novos contornos, gerando uma vasta instabilidade nesse sistema internacional em possível transição. Diante desse cenário, tendo como objeto o Estado Brasileiro e a sua posição no conflito, na próxima sessão, examina-se a política externa do Brasil e seus principais princípios, embasamento necessário para uma análise posterior.

3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, a Política Externa Brasileira (PEX) manteve uma postura de continuidade em suas ações ao longo de diferentes governos. Embora tenham sido feitas alterações específicas na orientação de suas agendas, os princípios fundamentais das relações internacionais do país, são estabelecidos no artigo 4º da Constituição:

I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (Brasil, 2024).

Sob uma perspectiva teórica, Lima (1933) apresenta dois paradigmas distintos de atuação na Política Externa Brasileira (PEX) desde o início da República até o governo de Fernando Collor (1990-92). Esse período é marcado por uma aliança especial com os Estados Unidos, caracterizada pelo alinhamento com a potência global dominante no hemisfério ocidental e global, sendo o eixo central na política externa brasileira. Esse alinhamento destacou a camada ideológica, influenciada por fatores internos, ou enfatizou relações pragmáticas que perduraram até o início dos anos 1960.

Em consonância, Cervo (2008) explora o período de 1990 a 2002 como uma “Dança de Paradigmas”, uma fase de transição em que diferentes paradigmas coexistiram na política externa. O paradigma desenvolvimentista, focado no desenvolvimento industrial, continuava presente. Em paralelo, o paradigma “normal” ou neoliberal, promovido por políticos formados majoritariamente nos Estados Unidos, buscava reduzir a intervenção

estatal na economia, priorizando a estabilidade econômica e o mercado como motores de desenvolvimento. E o paradigma logístico visava resgatar a autonomia da PEX. Essa “Dança de Paradigmas” reflete a coexistência e o conflito entre o desenvolvimentismo, o neoliberalismo e a busca gradual de autonomia decisória, cada qual operando com diferentes intensidades e motivações (Cervo, 2008).

Entre os diversos paradigmas da Política Externa Brasileira (PEX) ao longo da história, destaca-se o paradigma logístico, abordado por Cervo (2008) e denominado de globalista por Lima (1993), especialmente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). Esse paradigma representa uma mudança significativa na postura do país no cenário internacional, diferenciando-se dos anteriores em dois aspectos principais: primeiro, ao questionar a primazia dos Estados Unidos na política externa brasileira, destacando a necessidade de diversificar as relações internacionais; segundo, valorizar a construção da relevância do Brasil no cenário global, associando esse protagonismo ao desenvolvimento industrial e à negociação de interesses com pequenas e médias potências no eixo Norte-Sul. Em resumo, esse paradigma buscava promover uma política externa mais globalizada, com ênfase na autonomia, na diversificação de parceiros e no desenvolvimento industrial (Lima, 1993; Cervo, 2008).

A PEX adotada por Fernando Henrique Cardoso, além de representar a “Dança de Paradigmas”, também é descrita pela chamada “Diplomacia Presidencial”, termo usado por Tullo Vigevani *et al.* (2003). Essa abordagem destaca o presidente como ator central na política externa, aprovação do Protocolo de Quioto em 1997 e a ratificação do Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, em 1998 (Barreto, 2010).

Dando continuidade a algumas das ações de Fernando Henrique Cardoso, os dois mandatos de Lula (2003-2011) adotaram a estratégia de “Autonomia pela Diversificação” (Vigevani, Cepaluni, 2007). Essa abordagem buscou equilibrar as políticas internas e externas, abordando tanto as desigualdades socioeconômicas quanto a participação ativa do Brasil em questões globais, especialmente no contexto da ONU. Os principais destaques foram o participando dos processos decisórios, de fóruns, cúpulas e organizações internacionais, bem como realizando visitas de Estado a diversos países. Nesse período, o Brasil enfatizou fortemente o multilateralismo, com destaque para eventos como a adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, a entrada em vigor da União Aduaneira do MERCOSUL em 1995, a fortalecimento dos eixos de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul, com a formação de alianças estratégicas em diversas áreas, exceto a militar, que se concentravam na contenção do unilateralismo dos EUA e na promoção dos interesses nacionais. Entre as iniciativas, destaca-se a reforma de instituições internacionais, como a busca por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), e a criação de novos acordos (Pecequillo, 2021).

Como mencionado anteriormente, o parágrafo único do Artigo 4º da Constituição Brasileira de 1988 prevê a busca pela integração dos povos da América Latina, o que foi amplamente realizado durante esse governo no contexto da Cooperação Sul-Sul. Destaca-se o aprofundamento de ações e a criação de novos mecanismos no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), entre outros. Essas iniciativas foram favorecidas pela relativa falta de interesse dos Estados Unidos na América Latina durante esse período, permitindo que o Brasil atuasse de forma mais proativa na defesa de seus interesses na região.

Além disso, destaca-se também o caráter reformista do sistema internacional por parte do Brasil, que associado a outros atores emergentes:

Inserindo-se no quadro de transformações associadas à desconcentração de poder e à multipolaridade. Ao lado do Brasil, nações como China, Rússia, Índia e África do Sul compuseram o grupo de países emergentes sintetizado na sigla BRICS. Este grupo desenvolveu coalizões de desenhos variáveis como o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e a Organização de Cooperação de Xangai. O eixo Sul-Sul tornou-se prioridade, contudo, isso não significou o abandono do eixo Norte-Sul, ou seja, intercâmbios profícuos e sólidos foram mantidos com parceiros tradicionais a exemplo dos Estados Unidos e da União Europeia (Pecequillo, Carmo, 2014, p. 17).

A sucessora de Lula, Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, assumiu com a expectativa de continuidade das políticas internas e externas do governo anterior. Contudo, o contexto internacional da época exigiu ajustes em várias áreas. Na PEX de seu governo, houve um enfoque especial nos Direitos Humanos, com críticas frequentes às intervenções das grandes potências em áreas de conflitos. Um momento marcante foi o discurso de Dilma na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2011, em que destacou a importância de adicionar ao conceito de responsabilidade de proteger – o de responsabilidade ao proteger – reforçando a necessidade de preservar a segurança dos civis nesses conflitos (Cervo, Lessa, 2014).

Além disso, nesse período também houve um fortalecimento das relações bilaterais com os Estados Unidos. No entanto, essa abordagem sofreu uma reviravolta devido a eventos como o escândalo de espionagem revelado por Edward Snowden. Essa mudança na agenda levou a um fortalecimento das relações com a China, à criação do Banco dos BRICS e à revitalização das negociações entre o Mercosul e a União Europeia, conteúdo, o cenário internacional da época, principalmente no que tange a crise econômica, e os problemas de política doméstica que geravam conflitos políticos internamente, não permitiu o mesmo protagonismo brasileiro em relação ao período anterior (Cervo, Lessa, 2014; Pecequillo, 2021). O processo de impeachment de Dilma, e a posse de Michel Temer,

resultou em uma reaproximação do Brasil com os Estados Unidos e em uma agenda mais alinhada com os interesses do Norte. No entanto, considerando as questões de uma falta de legitimidade desse novo governo, dificultou que houvesse maior atuação no âmbito internacional nesse período (Pecequillo, 2021).

Nessa fase, as relações bilaterais com os Estados Unidos também foram fortalecidas, mas essa aproximação resultou em uma reviravolta com o escândalo de espionagem revelado por Edward Snowden. Em resposta, o Brasil afastou-se e intensificou sua parceria com a China, participou da criação do Banco dos BRICS e impulsionou as negociações entre o Mercosul e a União Europeia. No entanto, o cenário internacional, marcado pela crise econômica, e as tensões políticas domésticas dificultaram que o Brasil mantivesse o mesmo protagonismo internacional do período anterior (Cervo, Lessa, 2014; Pecequillo, 2021). Com o processo de impeachment de Dilma e a posse de Michel Temer trouxeram uma reaproximação com os EUA e uma agenda mais alinhada aos interesses do Norte global. Entretanto, a falta de legitimidade percebida do novo governo limitou uma atuação mais significativa no plano internacional (Pecequillo, 2021).

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2019, houve uma mudança significativa na política externa brasileira, marcada por um reposicionamento que Pecequillo (2021) descreve como uma “encruzilhada”, destacando o isolamento internacional do país. Esse período foi caracterizado por uma guinada à direita, com o fortalecimento das elites oligárquicas, das Forças Armadas e da Igreja como forças conservadoras influentes. O Brasil se alinhou aos Estados Unidos em duas frentes principais: uma de cunho conservador e outra de natureza político-econômica, fazendo concessões em troca de promessas não cumpridas de apoio à sua adesão à OCDE, à OTAN e um possível acordo comercial bilateral.

A política externa também foi marcada por uma forte personalização, com associações de globalismo e comunismo à esquerda radical. A crescente influência econômica e tecnológica da China foi percebida como uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos, criando uma dinâmica complexa entre EUA, Brasil e China. No campo econômico, o Brasil desenvolveu uma agenda dupla, promovendo práticas neoliberais e buscando desvincular as relações econômicas internacionais de considerações políticas e estratégicas (Pecequillo, 2021).⁷⁷

O terceiro governo de Lula, iniciado em 2023, tinha como objetivo reconstruir a imagem internacional do Brasil após o isolamento e as polêmicas do governo Bolsonaro. A nova gestão buscou retomar e expandir ações dos governos anteriores, ao mesmo tempo em que incorporava novas agendas, apesar dos desafios de um sistema internacional em conflito (Maschietto, 2024). Nesse contexto, o Brasil visa recuperar sua posição de destaque em organizações internacionais, exemplificado por iniciativas de mediação no conflito entre Palestina e Israel, que constitui o foco deste estudo, e pela expansão dos BRICS com a

entrada de novos membros. O governo também tem investido em promover maior integração regional e em adotar abordagens multilaterais na esfera econômica.

Esse novo momento no governo Lula apresenta semelhanças com o paradigma globalista do primeiro mandato, destacando a busca pela autonomia por meio da diversificação das relações internacionais e questionando a primazia dos Estados Unidos. Essa abordagem reflete uma nova transição, equilibrando a orientação pró-EUA com uma maior abertura para o cenário global. No entanto, nem todas as agendas do governo foram bem sucedidas, especialmente face ao cenário internacional marcado por conflitos. Segundo o professor, ex-ministro da Fazenda e diplomata brasileiro Rubens Ricupero (2024), os principais destaques da atuação do governo, até o momento, concentraram-se, principalmente, na área ambiental:

O desempenho do governo na Amazônia e em meio ambiente continua a ser o fator principal da transformação da imagem internacional do país em sentido nitidamente favorável. Não foi fácil a Lula proceder a essa reviravolta na política que vinha sendo seguida pelo governo de extrema-direita de Bolsonaro. A mudança encontrou e encontra resistências consideráveis no setor do agro, na sua poderosa bancada no Congresso, nas decisões retrógradas da Câmara e do Senado (Ricupero, 2024, p. 33).

Após esta breve análise dos princípios da política externa brasileira e sua implementação (ou não) nos governos desde a redemocratização, é necessário agora abordar especificamente o ponto VII do artigo 4 da Constituição de 1988, que trata da solução pacífica de conflitos. Na próxima sessão, levando em consideração o posicionamento do país no conflito Israel-Palestina, buscar-se-á compreender o papel do Brasil na mediação de conflitos internacionais.

4 O POSICIONAMENTO BRASILEIRO NO CONFLITO A PARTIR DE DISCURSOS E NOTAS DO ITAMARATY

Como proposto, para entender se houve mudanças ou não no posicionamento do Brasil perante o conflito Israel-Palestina, a partir da comparação entre dois governos com a mesma figura presidencial, entretanto, em momentos distintos com o contexto internacional diferente, utiliza-se de uma análise sobre as declarações realizadas por meios oficiais, ou seja, discursos presidenciais e de ministros e as notas publicadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). A partir de uma análise mais aprofundada sobre os dois primeiros Governos Lula, percebeu-se pouca notoriedade sobre o conflito Israel-Palestina no período de 2003 a 2006, além da crise econômica de 2008 ser um evento importante na ordem global do século XXI, assim, para manter um estudo comparativo entre mandatos, opta-se pela troca do primeiro governo para o segundo, entre 2007 a 2010.

Para justificar tal mudança, destaca-se outros pontos determinantes, para compreender os motivos da alteração e os impactos do primeiro governo Lula no que será analisado a partir do segundo: (i) ao longo do seu primeiro mandato, Lula, seguindo a “autonomia pela diversificação” citada, buscava ampliar suas relações econômicas e comerciais, destacando-se o Oriente Médio e seus países como parceiros comerciais em crescimento. O olhar do governo brasileiro para estas nações, nesta fase, direcionava-se especialmente a partir desta percepção econômica, muito impulsionada pelo desenvolvimento da Rodada Doha, por exemplo;

(ii) no âmbito diplomático internacional, quanto a busca por estabelecer o Brasil como um ator relevante, prezando pela paz e mediação de conflitos ao redor do globo, ainda refletia o cenário estabelecido pelo pós 11 de setembro e a Guerra ao Terror, sobressaindo-se nas discussões as questões envoltas a situação do Iraque e Afeganistão. Além disso, episódios como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, a MINUSTAH, com grande participação militar do Brasil, ocupava grande espaço desta parte da agenda de política externa brasileira; (iii) por fim, a partir de 2006, a vitória do Hamas nas eleições para a Autoridade Nacional Palestina, intensificou as tensões na região, tendo o seguinte pleito sendo negado por diversos países ocidentais, como os EUA e a União Europeia, elevando os casos de terrorismo em Israel e destacando a necessidade de um acordo de cessar-fogo entre os lados. Estes pontos evidenciam as escolhas realizadas para a análise que será descrita a seguir e, como estes cenários, explicam a intensificação do tópico nos anos seguintes.

Deste modo, em relação à análise de conteúdo realizada sobre essas fontes primárias, vale ressaltar os fatores de exclusão dos documentos encontrados, para tornar o resultado do estudo mais condizente com o objetivo proposto. Visto isso, os critérios de seleção para as notas foram: 1) encontradas no site oficial do Gov.br; 2) notas realizadas entre o espaço temporal definido, o terceiro Governo Lula, de janeiro de 2023 a outubro de 2024 (utilizando-se do momento da posse até o último mês completo). Em relação ao primeiro Governo Lula, de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, não foi possível encontrar as notas realizadas pelo MRE em pesquisas no site oficial do governo e no próprio banco de dados do Itamaraty, por isso, usamos apenas os dados do último governo; e 3) as notas deveriam conter uma relação com o povo e/ou Estado palestino, direto ou indiretamente, ou seja, excluindo os demais conflitos escalados na região do Oriente Médio (mesmo que tenha sido protagonizado por Israel) e as repatriações de brasileiros localizados nos países em questão. Dessa forma, foram selecionadas 68 notas no total, sendo 37 no ano de 2024 e 31 em 2023.

Já para os discursos, seguiram-se os mesmos critérios quanto a temática do conteúdo e a temporalidade, isto é, o período em que os discursos foram proferidos,

adicionando as seguintes orientações: 1) delimitou-se a falas realizadas pelo Presidente da República, no caso Luís Inácio Lula da Silva, e pelos ministros do Ministério das Relações Exteriores, que correspondem a Celso Amorim (ministro no segundo Governo Lula) e Mauro Vieira (ministro no terceiro Governo Lula); 2) todos os discursos analisados ocorreram em eventos diplomáticos, como: participação do país em assembleias, eventos e cúpulas de organizações e parcerias internacionais, além de visitas diplomáticas do presidente ou ministros para outros países, bem como de representantes de outras nações para o Brasil. Deste modo, totalizou-se 8 discursos referentes ao segundo Governo Lula e 8 discursos correspondentes ao terceiro.

Para o estudo desses materiais, em consonância com o objetivo do artigo, estabeleceu-se 3 categorias de análise: i) o “Posicionamento”, onde examinou-se a posição do Brasil em cada nota e discurso, como por exemplo, se este apresentava-se mais pró-Palestina, pró-Israel ou neutro, quanto aos conflitos na região; ii) o “Objetivo”, na qual buscou-se evidenciar os propósitos do Brasil com as declarações selecionadas, como a procura do país em se afirmar mediador das tensões; iii) e a “Urgência”, pretendendo visualizar o grau de premência que o tópico representava para a diplomacia brasileira, consoante o material estudado.

Seguindo estas categorias, orientou-se a análise dos 68 notas e 16 discursos. Inicialmente, serão discutidos os principais resultados e inferências das notas e dos discursos de modo separado. Logo em seguida, se definirá as principais características dessas declarações por governo, descrevendo possíveis alterações e o desenvolvimento dessas questões na agenda de política externa do país, em consonância com as mudanças correntes na ordem global ao longo da última década.

4.1 ANÁLISE DAS NOTAS E DISCURSOS

A partir da análise das notas e discursos, pode-se discutir as seguintes observações: i) a expansão do debate quanto as problemáticas entre Israel e Palestina, por parte do Brasil, em grande parcela de sua agenda diplomática; ii) a inclusão de todas as frentes do conflito em declarações que, frequentemente, seguem formatos apaziguadores e compreensíveis a ambos os lados; iii) e o destaque da questão como reflexo de uma agenda diplomática brasileira com propósitos mais amplos.

O conflito Israel-Palestina é ressaltado nos principais discursos em organizações e cúpulas de grupos e parcerias internacionais ao longo dos dois governos Lula analisados. A questão é posta em debate por declarações do Presidente e seus ministros em encontros e assembleias da ONU - como a Assembleia Geral das Nações Unidas e no Conselho de Segurança -, da Liga Árabe, do Mercosul, do G20 e do BRICS. Conforme as características

da estrutura e objetivos dessas instituições, o conflito é discutido em diferentes vieses, utilizado tanto como meio para fortalecer as relações diplomáticas e econômicas com o Oriente Médio - “[...] nosso comércio com o Mundo Árabe quadruplicou, desde 2002. Um futuro acordo de livre-comércio entre Mercosul-Palestina reforçará esses vínculos” (Brasil, 2009a) - e como crítica a atuação de determinadas potências e do Conselho de Segurança no conflito.

No entanto, em linhas gerais - em concordância com os pilares da política externa brasileira descritos -, percebe-se determinados padrões discursivos, dificilmente desviados, que prezam a busca pela paz a partir da diplomacia e negociação entre as partes, onde o Brasil propõem-se como mediador e parceiro de ambos os lados, na procura por soluções que atendam as necessidades tanto dos palestinos, como Israel. O Presidente declara, que o “Brasil, que tem cerca de dez milhões de descendentes de árabes e uma comunidade judaica convivendo em harmonia, não se furtará a dar sua contribuição para a Paz a que todos anseiam” (Brasil, 2010), ressaltando que ambos os lados “[...] podem contar com o Brasil para a construção de uma paz cujas repercussões positivas transcenderão as fronteiras do Oriente Médio, espraçando-se para toda a Humanidade” (Brasil, 2009b).

Portanto, torna-se importante destacar, que as tentativas por parte do Brasil em promover a paz no Oriente Médio, refletia uma agenda diplomática mais ampla, que objetivava inserir o país como um ator cada vez mais relevantes na sociedade internacional. Assim, buscava-se demonstrar a força e capacidade do Estado brasileiro, justificando outras requisições pautas da diplomacia nacional, como a ampliação dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Esta estratégia de inserção internacional é utilizada em ambos os governos analisados, também tendo o conflito Israel-Palestina como um dos focos de trabalho e tentativa, mesmo que seus resultados apresentam-se como mais proeminentes no segundo Governo Lula, visto as características que se sucederam ao longo do último analisado, como se discutirá a seguir.

O Brasil defendeu com frequência o estabelecimento de um Estado Palestino, reconhecido mundialmente - o país passou a reconhecer a Palestina como um Estado a partir de 2010 -, e criticou fortemente os assentamentos israelenses, em ambos os períodos. Entretanto, a condenação a ações de Israel, tornando o posicionamento brasileiro mais pró-Palestina que o habitual constatado, deu-se com o terceiro Governo Lula, após a intensificação dos conflitos na região, com o atentado terrorista do Hamas contra Israel e a retaliação israelense a Faixa de Gaza, ameaçando e tirando a vida de milhares de civis. De acordo com algumas notas oficiais do Ministério de Relações Exteriores, “o governo brasileiro conclama o Estado de Israel, como potência ocupante, a abster-se de ações que possam resultar no alastramento do conflito da Faixa de Gaza para a Cisjordânia” (Brasil,

2024a), declarando seu descontentamento com as medidas israelenses e apoiando a situação do povo palestino. Neste cenário, o Brasil:

[...] reitera seu histórico compromisso com a solução de dois Estados, com um Estado da Palestina independente e viável, convivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro das fronteiras de 1967, o que inclui a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital. (Brasil, 2024b).

Contudo, mesmo que preze pela neutralidade, determinadas declarações que, mesmo presentes desde o segundo Governo Lula, fortaleceram-se neste último mandato, tendem a demonstrar um maior entendimento e encarecimento do país com a situação da Palestina, dificultando a consolidação do papel do Brasil como um país mediador. Um exemplo latente destes desafios e tensões na busca da política externa brasileira para estabelecer este papel, deu-se em uma das declarações do Lula em coletiva de imprensa durante viagem oficial para a Etiópia, em fevereiro de 2024, comparando as atitudes de Israel sobre a Faixa de Gaza com o Holocausto. As falas de Lula geraram uma crise diplomática entre os países, o Presidente foi considerado *persona non grata* pelo Estado de Israel e o Itamaraty retirou seu embaixador do país.

Episódios como este, definiram um redirecionamento na posição do Brasil, que passou a priorizar um cessar-fogo urgente, principalmente por parte de Israel, responsável por grande parte das ofensivas do conflito. Tal posicionamento, é clarificado por notas como a seguinte, que afirma que:

O Brasil deplora que, em meio a esforços de negociações para acordo que assegure cessar-fogo, libertação dos reféns e acesso desimpedido ao auxílio humanitário em Gaza, o governo israelense siga adotando medidas que levam à escalada do conflito e afastam ainda mais os povos da região do alcance da paz. (Brasil, 2024c).

A resolução deste conflito, conforme a repetição e termos utilizados, estabelece um determinado grau de urgência, desde o segundo Governo Lula, para que esta situação seja solucionada ou, pelo menos, apaziguada. Como se pode constatar em declarações como as seguintes, “Enquanto não se resolver o problema da Palestina, nenhum dos outros problemas (do Oriente Médio) será resolvido” (Brasil, 2008); “E solução para a crise no Oriente Médio também nos interessa, porque interessa à Humanidade” (Brasil, 2009c); “É fundamental avançar rapidamente na criação de um Estado palestino que seja economicamente viável, socialmente integrado e que possa conviver em paz com o Estado de Israel” (Brasil, 2009c); demonstram a relevância que o tópico angariou nas estratégias da política externa do país.

Para esquematizar os resultados do estudo conforme os períodos delimitados, elaborou-se uma tabela seguindo as categorias definidas previamente. Nesta, descrevem-se as características principais do conjunto de declarações de cada governo, para que assim possa-se constatar suas semelhanças e diferenças.

Quadro 1. Resumo das características das declarações no Segundo e no Terceiro Governo Lula.

Período	Características Principais		
	Posicionamento	Objetivo	Urgência
Segundo Governo Lula (2007 - 2011)	Preza pela neutralidade quanto as tensões. Mesmo criticando os assentamentos israelenses e defendendo a criação de um Estado Palestino, reconhece as necessidades de ambos os lados para que se discuta possíveis soluções.	O Brasil tenta, a partir de suas declarações, colocar-se como um “amigo” que possa mediar o conflito. Também utiliza-se deste, como uma maneira de fortificar suas relações com o Oriente Médio, diplomáticas e econômicas, e criticar o Conselho de Segurança, o qual buscava a ampliação.	O grau de urgência dado pela agenda diplomática brasileira para a resolução deste conflito é elevado. Citado como uma preocupação inerente a Humanidade e o desafio central para que se alcance a paz no Oriente Médio.
Terceiro Governo Lula (2023 - out. 2024)	Preza pela manutenção da paz e a dissuasão das tensões. Criticando os assentamentos israelenses e defendendo a criação de um Estado Palestino, não mais reconhece as necessidades de ambos os lados. Entende as ações de Israel como desproporcionais e indiscriminadas.	O Brasil posiciona-se de forma mais efetiva, não havendo mais a preocupação de manter-se neutro e imparcial. Ou seja, a medida que o conflito escalou-se a proporções mais violentas, as posições e os discursos tornaram-se mais firmes e com uma posição clara, defendendo a autodeterminação dos palestinos e mantendo uma boa relação com os demais países da região, fora Israel.	Esforços do Brasil, por meio da diplomacia dentro das Organizações Internacionais, para um cessar-fogo imediato, sobretudo, pós 7 de outubro de 2023. Além do retorno das ocupações realizadas por Israel para as fronteiras de 1967 e a reparação por parte de Israel aos danos causados aos palestinos.

Fonte: Elaboração nossa.

5 CONCLUSÕES

Portanto, as relações internacionais no século XXI mudaram e mudam constantemente, no âmbito político ainda mantém uma estrutura de poder centrada nos países conhecidos como Ocidentais, com alguns Estados no centro desse grupo, como é o caso dos EUA, e o demais permeando ao seu redor. Porém, o âmbito econômico não está mais centrado nas regiões destes países, pois tornaram-se dependentes de recursos dos

países da África, da Ásia e da América Latina. Assim, novas relações se instauram, em decorrência da deficiência de um sistema unipolar e com a economia mais compartilhada e dependente, permitindo uma abertura no diálogo e no posicionamento dos países fora do eixo central do Norte, sobretudo, nas suas relações regionais e nos espaços criados por estes e para estes Estados.

É nesse contexto que os governos Lula encara, no primeiro e no segundo governo, um sistema internacional com a forte presença dos EUA, enquanto o atual, encontra-se em um cenário de multipolaridade e com guerras envolvendo atores importantes geopoliticamente. Ou seja, o país muda a sua postura defensiva e tímida para um maior protagonismo na resolução dos problemas internos e externos, porém ainda com uma certa cautela, definido por Albuquerque (2015) como *transigência relutante*. Muito disso deve-se à instabilidade do momento atual causado pela crise da ordem global.

Assim sendo, é possível concluir que o Brasil, levando em consideração o apanhado histórico sobre a política externa brasileira e o seu posicionamento de equidistância pragmática em relação a conflitos - buscando atuar conforme os princípios de suas relações internacionais previstos na Constituição -, atuou historicamente como mediador em soluções pacíficas, visando a utilização destes posicionamentos como um instrumento de seu *soft power*. Contudo, o contexto atual de polarização política doméstica, impactou diretamente no posicionamento do Presidente Lula em relação aos desdobramentos do conflito, em especial, após as declarações do mesmo comparando as atitudes de Israel ao Holocausto da Segunda Guerra Mundial. Tal discurso, no âmbito doméstico, fez com que grupos religiosos e políticos, como a direita conservadora, se posicionassem a favor de Israel, enquanto grupos de esquerda declarasse seu apoio a Palestina.

Portanto, quando o discurso de Lula é atacado diretamente, acarretando a declaração deste como *persona non grata* e a posterior saída do embaixador brasileiro em Israel, impossibilita-se a política externa brasileira sustentar seu grau de isenção e apenas mediação. Logo, ocorre uma mudança de posicionamento do país diante do conflito, gerando implicações domésticas e externas, algo que não foi observado com tal veemência no período 2003-2010, em que sua posição manteve-se na tentativa de mediação do conflito e não se relacionava em tal nível com o âmbito interno.

Isso faz repensar diversas esferas das relações internacionais que podem servir de insumo para pesquisas futuras, seja na inclusão de novos atores na política internacional, bem como grupos domésticos conseguem influenciar a política externa diante de um mundo interconectado, atuando independente da política externa estatal. Ademais, a ascensão de novos cenários polarizantes, em que os contextos ideológicos do conflito se tornam ainda mais latentes e impactam diretamente no posicionamento desses Estados no sistema internacional, também devem ser estudados.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. A. G. O governo Lula em face dos desafios sistêmicos de uma ordem internacional em transição. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 13–21, 2015. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/250>. Acesso em: 4 abr. 2024.

AMORIM, Celso. Política Internacional e o Brasil no Mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 1, p. 19-32, 2022.

BARRETO, Vicente Costa Pithon. Um breve panorama da política externa brasileira nos últimos vinte anos: princípios, alterações e continuidade. **Revista de informação legislativa**, v. 47, n. 187, p. 321-329, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Gabinete do Ministro. **Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Cúpula América do Sul-Países Árabes**. Buenos Aires, 20 fev 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/celso-amorim/discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-da-cupula-america-do-sul-paises-arabes-buenos-aires-argentina-20-02-2008>. Acesso em: 30 out 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Operação militar israelense em cidades na Cisjordânia**. [Brasília]: Ministério das Relações Exteriores, 18 ago 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/operacao-militar-israelense-em-cidades-na-cisjordania. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nova Incursão do Ministro de Segurança Nacional de Israel à Esplanada das Mesquitas**. [Brasília]: Ministério das Relações Exteriores, 13 ago 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nova-incursao-do-ministro-de-seguranca-nacional-de-israel-a-esplanada-das-mesquitas. Acesso em: 08 ago 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Ataque aéreo israelense à escola de Al-Tabin, na cidade de Gaza**. [Brasília]: Ministério das Relações Exteriores, 10 ago 2024c. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ataque-aereo-israelense-a-escola-de-al-tabin-na-cidade-de-gaza. Acesso em: 08 ago 2024.

BRASIL. Presidente (2007-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas**. Salvador, 20 nov 2009a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-visita-do-presidente-da-autoridade-nacional-palestina-mahmoud-abbas-salvador-20-11-2009>. Acesso em: 30 out 2024.

BRASIL. Presidente (2007-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente de Israel, Shimon Peres.** Itamaraty, 11 nov 2009b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-visita-do-presidente-de-israel-shimon-peres-palacio-itamaraty-11-11-2009>. Acesso em: 30 out 2024.

BRASIL. Presidente (2007-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de entrega do Prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz.** Paris, 7 jul 2009c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discorso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-entrega-do-premio-felix-houphouet-boigny-pela-busca-da-paz-paris-07-de-julho-de-2009>. Acesso em: 30 out 2024.

BRASIL. Presidente (2007-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de abertura da 39ª Reunião de Cúpula do Mercosul e sessão de trabalho.** San Juan, 3 ago 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discorso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-abertura-da-39-reuniao-de-cupula-do-mercosul-e-sessao-de-trabalho-san-juan-argentina-03-de-agosto-de-2010>. Acesso em: 30 out 2024.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. **São Paulo: Saraiva**, 2008.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, p. 133-151, 2014.

FLOCKHART, Trine. The coming multi-order world. **Contemporary Security Policy**, vol. 37, n. 1, p. 3-30, 2016.

FREDHOLM, Michael. The Shangai Cooperation Organization and Eurasian Geopolitics. New Directions, Perspectives, and Challenges. **Copenhagen: NIAS Press**, 2013.

LIMA, Maria Regina Soares de (1993). **Eixos analíticos e conflito de paradigmas na política exterior brasileira.** In Seminário “As políticas exteriores da Argentina e do Brasil frente a um mundo em transição: diversidade, convergência e Complementaridade”, Buenos Aires, 3 a 5 de setembro.

MASCHIETTO, Roberta Holanda. ‘O Brasil está de volta’, mas o mundo é outro: os desafios da política externa na terceira gestão de Lula. **CEBRI-Revista** Ano 3, Número 9 (Jan-Mar): 9-16, 2024.

PECEQUILO, Cristina S. Brazilian Foreign Policy: from the combined to the unbalanced axis (2003/2021). **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 64, n. 1, p. 1-18, 2021.

RICUPERO, Rubens. A volta do Brasil a um mundo transformado por conflitos. **CEBRI-Revista** Ano 3, Número 9 (Jan-Mar): 18-37, 2024.

SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal. 6 ed. São Paulo: **Editora Record**, 2001.

SANTOS, Norma Breda dos. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História (São Paulo)**, v. 33, p. 189-216, 2014.

VEIGA, Francisco. El desequilibrio como orden. Una Historia de la posguerra fría. Madrid: **Alianza Editorial**, 2015.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**, v. 15, p. 31-61, 2003.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, p. 273-335, 2007.

VISENTINI, Paulo. Eixos do poder mundial no Século XXI: uma proposta analítica. Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.8, n.15, Jan./Jun. 2019. p. 9-25